



Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão
Curso de Psicologia

**RESILIÊNCIA SOCIOCOMUNITÁRIA E MODOS DE VIDA DOS
MORADORES DO CENTRO DA CIDADE DE FORTALEZA**

PROFA. DRA. ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

Fortaleza - CE

2019

**RESILIÊNCIA SOCIOCOMUNITÁRIA E MODOS DE VIDA DOS MORADORES
DO CENTRO DA CIDADE DE FORTALEZA**

Elívia Camurça Cidade

Projeto de Iniciação Científica do Curso de
Psicologia da Faculdade Ari de Sá.

Fortaleza-CE

2019

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	7
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
5	METODOLOGIA	11
6	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	19

RESUMO

Este projeto de pesquisa está vinculado ao Núcleo de Psicologia Social e Direitos Humanos da Faculdade Ari de Sá. Tem como objetivo geral analisar a expressão dos fatores que contribuem para a resiliência sociocomunitária dos moradores do Centro de Fortaleza. Esta é uma região multifuncional, marcada por hábitos diurnos e pela heterogeneização da vivência de lugar. Entende-se que a noção de resiliência sociocomunitária auxilia o entendimento de quais fatores interferem na capacidade de os indivíduos se reconhecerem como capazes de agir sobre sua realidade e desenvolver mudanças substanciais em suas condições de vida. Sua identificação ocorre quando aos sujeitos é resguardado o acesso ao capital econômico ou financeiro, capital social e aos vínculos sociocomunitários. A pesquisa, que possui natureza qualitativa, será desenvolvida junto à quatro espaços de políticas públicas atuantes na região nas áreas de saúde (Unidade de Atenção Primária à Saúde), assistência social (Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) e educação (Escola de Ensino Médio). Serão facilitados quatro grupos focais específicos com jovens, mulheres, idosos e um grupo misto com pessoas em situação de rua. Os participantes deverão residir no Centro há no mínimo 2 anos, ter idade superior a 16 anos, expressar concordância em participar da pesquisa através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estima-se, sob o ponto de vista de sua relevância, que este projeto possibilite o conhecimento de como os distintos sujeitos que residem no Centro experienciam os fatores promotores de resiliência.

Palavras-chave: Centro. Resiliência. Modos de Vida.

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de iniciação científica está vinculado ao Núcleo de Psicologia Social e Direitos Humanos da Faculdade Ari de Sá (FAS). É um desdobramento do projeto de extensão “Inserção comunitária e diagnóstico socioterritorial da circunvizinhança da Faculdade Ari de Sá”, desenvolvido entre agosto de 2018 e junho de 2019 com financiamento da Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão (CIME). Como conclusões do encerramento desta ação de extensão, observou-se que o Centro da Cidade de Fortaleza se configura como um espaço territorial plural, cujo processo de inserção comunitária apresenta especificidades quando se observa a existência de distintas dinâmicas e modos de ocupação. Estes dados convergem com a ideia de que é necessário rediscutir o papel do Centro na dinâmica da cidade (DANTAS, 2009), sobretudo resgatando a necessidade de olhar para sua dinâmica multifuncional e multifatorial. Soma-se a isto, as contribuições teórico metodológicas da Psicologia Comunitária, que conceitua comunidade como um espaço fundamentalmente ético de convivência e de garantia de experiências humanas fundamentais (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016). Ao se reconhecer convivendo

em comunidade, o sujeito se percebe tendo uma identidade social compartilhada e modos de vida comum. Esta caracterização comum, entretanto, parece ser uma questão fundamental em um processo de pesquisa que instituiu o Centro fortalezense como *locus* analítico.

Historicamente, de acordo com Silva (2015), o esvaziamento acentuado do Centro tem gerado comprometimentos às múltiplas funções exercidas por ele, sobretudo aquelas da administração pública e dos serviços ligados ao setor judiciário. Concomitantemente, o processo de verticalização dos modos de viver a cidade fez com que a população se deslocasse para áreas distantes, provocando processos migratórios e desvalorização do entorno do Centro com a busca de áreas novas mais afastadas, assim como a destruição de edificações de reconhecido valor histórico e arquitetônico.

Tal como afirma Silva (2015, p.78), “as intervenções realizadas no centro tradicional, mesmo considerando sua alta densidade histórica e pluralidade cultural, não consegue vencer o processo de fragmentação e a emergência de diferentes territórios em seu interior”. Quanto a isto, é possível resgatar as proposições de Vasconcelos (2008) de que existem ‘contra-usos’ do espaço do Centro, que são aqueles que subvertem o uso padrão, o instituído para determinado local, gerando ressignificações e novas elaborações simbólicas do lugar. O Centro de Fortaleza necessita, portanto, ser debatido considerando suas singularidades e seus distintos modos de morar (SANTANA, 2016). A apreensão destas especificidades é possível através da concessão de voz aos seus moradores, do resgate dos modos como vivenciam o lugar, assim como quais os fatores por eles percebidos como agregadores ou expulsivos de sua permanência no território.

Neste campo de debate, a Psicologia Comunitária, ao ser definida como uma área da Psicologia Social da Libertação que se dedica a compreender o reflexo psíquico do modo de vida da comunidade (GÓIS, 2005), apresenta contribuições para o entendimento de como os sujeitos desenvolvem sentimentos de pertencimento ao grupo e à comunidade e elaboram estratégias psicossociais de enfrentamento às adversidades. A noção de resiliência sociocomunitária (CIDADE, 2019) aponta delineamentos para que se entenda quais os fatores que permitem aos sujeitos se perceberem ou não compartilhando uma realidade comum que lhes demanda uma articulação coletiva de enfrentamento. Sendo assim, debater a multifuncionalidade do Centro sob o olhar da resiliência permite ressaltar a importância da vivência coletiva no lugar.

2. JUSTIFICATIVA

O Centro de Fortaleza possui população estimada em 28.538 habitantes (IBGE, 2010), dos quais 2.879 são beneficiários do Programa Bolsa Família. Ao todo, são 10.623 domicílios. Esta região foi responsável por concentrar, no ano de 2015, 14% da oferta dos estabelecimentos formais do Município, contabilizando 7.350 postos de trabalho. No que se refere aos vínculos ativos, o Centro de Fortaleza oferece cerca de 100.365 empregos (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2018).

A constituição desta área como espaço de oferta de vínculos empregatícios e de intensa atividade terciária (comércio e serviço) encontra raízes no processo de ocupação de Fortaleza (DANTAS, 2009, p. 204), quando, já no Século XIX, a região central se consolidou como espaço concentrador da oferta de serviços públicos, elitizado e habitado por grupos familiares detentores de dinheiro e poder. As primeiras propostas de requalificação ou reabilitação urbana do Centro Histórico de Fortaleza ocorreram nos anos de 1990. O objetivo era implantar múltiplas ações de valorização das potencialidades econômicas, sociais e funcionais do lugar e, com isso, resgatar a valorização do elemento histórico (VASCONCELOS, 2008) da área como atrativo para a reocupação do espaço. Mesmo diante dos incentivos governamentais, o que se observa ainda é a constituição do Centro de Fortaleza como espaço voltado para as atividades comerciais e de serviços. A prevalência de grande trânsito de pessoas no turno diurno foi identificada na pesquisa de Santana (2016) como responsável por regular os horários de movimento e afastar os moradores das ruas dos bairros. Na percepção dos entrevistados desta pesquisa, a insegurança e a precariedade na conservação dos espaços públicos representavam as principais desvantagens de residir no Centro.

A significação sociocultural do que se entende por insegurança e por enfrentar a adversidade é expressão dos modos de subjetivação que se desenvolvem em contextos vulneráveis. Diante de formas de gestão dos afetos que diminuem a potência de agir em benefício do bem comum, pode ocorrer a fragilização da resistência social (SAWAIA, 2006) e o enfrentamento pode ser significado como algo que remete às lutas individuais pela autosobrevivência em detrimento de organizar em torno de si esforços coletivos para transposição da realidade imediata e alcance de um horizonte de libertação.

Os recursos disponíveis para a controlabilidade da situação falam sobre aqueles que asseguram aos sujeitos se posicionar objetivamente nas adversidades. Trata-se das condições básicas e fundamentais para que os sujeitos tenham possibilidade de intervir sobre a realidade. Uma vez assegurados estes conteúdos mínimos, poderá ocorrer a expressão mais substancial de conteúdos de enfrentamento para além da busca pela auto sobrevivência. Quando não estão presentes, os sujeitos dedicarão seus esforços a manter suas necessidades mais elementares e seu potencial criativo estará dedicado a isto. Em linhas

gerais, as estratégias psicossociais de enfrentamento possuem caráter inventivo e de resistência, fazendo com que elas possam se constituir como importante instrumento de fortalecimento simultâneo dos sujeitos e de sua comunidade (MONTERO, 2006), geradores de processos de tomada e aprofundamento de consciência (FREIRE, 1980).

A noção de resiliência sociocomunitária auxilia o entendimento de quais os fatores que interferem na capacidade de os indivíduos se reconhecerem como capazes de agir sobre sua realidade e desenvolver mudanças substanciais em suas condições de vida. Cidade (2019) acredita ser esta categoria relevante no processo de compreensão de dinâmicas comunitárias que apresentam características similares ao Centro de Fortaleza, marcado por distintas formas de vivência das especificidades locais. A resiliência sociocomunitária não é possível de ser acessada por si. Ao contrário, sua identificação é possível quando aos sujeitos é resguardado o acesso ao capital econômico ou financeiro, capital social e aos vínculos sociocomunitários. Eleger esta categoria como centralidade analítica permite evidenciar o panorama de condições sociopsicológicas disponíveis aos sujeitos em sua vivência coletiva. Sendo assim, tem-se como pergunta de partida: quais os fatores que contribuem para a resiliência sociocomunitária dos moradores do Centro de Fortaleza? Estima-se, sob o ponto de vista de sua relevância, que este Projeto de Pesquisa possibilite o conhecimento de como os distintos sujeitos que residem no Centro experienciam os fatores promotores de resiliência. Acredita-se que, com este saber, seja possível delinear ações adequadas a esta realidade.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral: Analisar a expressão dos fatores que contribuem para a resiliência sociocomunitária dos moradores do Centro de Fortaleza;

3.2 Objetivos Específicos:

- Descrever os modos de vida da população residente no Centro fortalezense;
- Identificar o acesso ao capital econômico dos moradores do Centro da Cidade de Fortaleza;
- Descrever as principais fontes de capital social disponíveis aos moradores;
- Identificar as expressões dos vínculos sociocomunitários;

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora seja um conceito de grande valoração nos campos do saber, não há um consenso teórico de definição da resiliência, o que faz com que cada área eleja suas unidades analíticas. Entretanto, em linhas gerais, a resiliência é apresentada em função das respostas apresentadas pelos sujeitos face à adversidade, ao estresse e aos fatos inesperados. Com isso, passa a ser um termo comumente utilizado com o intuito de esclarecer como os sujeitos conseguem se desenvolver de modo psicologicamente são mesmo em contextos de adversidade e de risco. Seria ela uma manifestação da capacidade de se adaptar e se transformar como resposta ao enfrentamento de adversidades significativas (SÁEZ, 2012; ROOKE, 2015; GROTBORG, 2003). López-Fuentes e Medina (2012) afirmam que, embora não exista uma definição universal de resiliência, as investigações que sobre ela se debruçam a explicam em termos de processo, capacidade, crescimento, enfrentamento e habilidade.

A variabilidade de termos utilizados para tentar definir resiliência anuncia o cuidado necessário ao discuti-la, afinal, ela diz de uma construção complexa (SÁEZ, 2012; MASTEN, 2014; SOUTHWICK *et al.*, 2014). Coimbra (2015) atenta para o risco do uso de visões da resiliência estritamente como superação de adversidade, pensamento que reforça a ideologia neoliberal ao responsabilizar isoladamente os sujeitos e desconsiderar os determinantes sociais, econômicos e culturais. Neste esforço de romper com uma visão determinista e universalista da resiliência, complementa a autora, a alternativa adequada é inseri-la no contexto e na cultura onde se expressa, perspectiva compartilhada por Southwick *et al.* (2014). Assim, a resiliência é um fenômeno multifatorial (SÁEZ, 2012), relacional e não essencialista (KECK, SAKDAPOLRAK, 2013).

López-Fuentes e Medina (2012) compreendem que a resiliência é o resultado da interlocução entre influências ambientais (externas), oriundas dos contextos familiares, sociais e culturais, e influências individuais (internas) que, juntas, permitem aos sujeitos a superação do risco e da adversidade de forma construtiva. Neste processo, que é dinâmico e interativo, haveria não só a recuperação do indivíduo após o conflito, mas também o desencadeamento de mudanças e o fortalecimento das defesas caso as ameaças retornem. Dessa forma, entende-se que a resiliência se refere tanto aos indivíduos como aos grupos familiares ou coletivos que são capazes de resistir aos efeitos nocivos da adversidade. Contudo, para que não haja uma culpabilização do sujeito ou do meio (família e comunidade) sobre o porquê de ter ou não se colocado de modo resiliente, parece adequado ressaltar a argumentação de Morais *et al.* (2015) de que sem o surgimento de oportunidades para superar as dificuldades e a disponibilização de novas alternativas de vida, não seria possível falar em resiliência.

Assim, a expressão da resiliência não diz de um resultado em si, mas sim de quais os recursos e as estratégias que permitem aos sujeitos transpor às dificuldades. Seguindo este pensamento, a resiliência não dispõe apenas da adaptação dos sujeitos, ela implica em mudanças derivadas do enfrentamento da situação estressora (YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007). Negreiros e Rocha (2018, p.2) vão além e argumentam não só que a resiliência não está restrita à superação momentânea de um conteúdo adverso, mas também que ela implica em “[...] um caminho a ser trilhado pela via da construção de uma consciência crítica do indivíduo”.

Yunes, Garcia e Juliano (2016) avaliam, ainda, que há uma escassa literatura sobre resiliência que a considere como derivada de uma ação coletiva. Estas fragilidades acabam por obstaculizar a efetivação do caráter “profundamente político” da resiliência (KECK; SAKDAPOLRAK, 2013, p.14), que deveria estar inclinada não somente para questões individuais e comunitárias, mas principalmente para a análise da sociedade em função das próprias mudanças globais. Isto implica reconhecer, por exemplo, que a pobreza é uma problemática de escala mundial, embora se expresse com roupagens singulares em cada contexto.

Cidade (2019) propõe que resiliência sociocomunitária é um tema pertinente de ser debatido no campo de discussão sobre as implicações psicossociais da pobreza. A autora constitui esta proposta a partir da contribuição latinoamericana de resiliência comunitária e dos apontamentos sobre resiliência social de autores da Europa Ocidental, notadamente da Suíça e da Áustria. Em sua concepção, a resiliência sociocomunitária é a capacidade transformadora dos sujeitos exercerem coletivamente seu potencial de agência como consequência da garantia de acesso aos capitais, da constituição de vínculos sociocomunitários positivos e da expressão de seus potenciais de enfrentamento e adaptação.

São considerados como fatores que contribuem para a expressão da resiliência sociocomunitária capital econômico ou financeiro, capital social e vínculos sociocomunitários. Capital econômico inclui a posse de recursos monetários, o acesso regular a pensão ou salário, à poupança e aos créditos, o domínio de equipamentos e tecnologias de produção. É reconhecido como o fundamento basilar para a busca de todas as demais estratégias de subsistência (KRANTZ, 2001; OBRIST, PFEIFFER, HENLEY, 2010; PEREIRA, SOUZA, SCHNEIDER, 2010). Bourdieu (2008) considera ainda que o acesso ao capital econômico impacta na apropriação dos instrumentos de produção material ou cultural pelos sujeitos.

O capital social corresponde às redes de interações sociais e aos distintos tipos de relações valorizadas por possuírem um significado (BOURDIEU, 2008). Recuero (2005) entende que, em Bourdieu, este capital não é algo localizado nos indivíduos, mas sim intrínseco às relações. Os sujeitos usufruem de aspectos como reciprocidade, confiança e solidariedade, acessíveis através de recursos materiais e

psicológicos. Estes recursos representam o suporte social (SIQUEIRA, 2008) a eles disponível nas redes sociais. Em Siqueira (2008), suporte social é descrito como um conceito multidimensional, cujas formas de expressão podem ser agrupadas em dois tipos: suporte prático, que inclui conteúdos instrumentais/financeiros e informativos, e suporte emocional, que integra a compreensão de ser cuidado e aceito por pessoas com quem possuem vínculos afetivos, tais como amigos, familiares e vizinhos. Sendo assim, o suporte social pode ser considerado em função do tipo de auxílio concedido e de quais os grupos de convivência social que mais o fornece. No âmbito comunitário, pode-se descrever capital social como o conjunto de redes de suporte social do tipo prático (inclui conteúdos instrumentais/financeiros e informativos) e emocional (integra a compreensão de ser cuidado e aceito por pessoas com quem possuem vínculos afetivos), estabelecidos entre amigos, familiares, vizinhos e políticas públicas.

Por sua vez, os vínculos sociocomunitários reúnem os cinco pilares de resiliência comunitária (identidade cultural, autoestima coletiva, humor social, honestidade estatal e solidariedade) propostos por Suárez-Ojeda (2005) e Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011). A identidade cultural é um processo interativo que se desenvolve ao longo da história, responsável pela incorporação e valorização dos hábitos alimentares, dialetos, costumes, danças e canções próprias de um grupo. Tais conteúdos vão se transformando em elementos intrínsecos ao próprio coletivo. Uma vez fortalecidos e cientes de suas características culturais singulares, facilitam para que os sujeitos reconheçam com clareza quais as influências das culturas externas (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011) e que os distanciam de seus valores e hábitos. Autoestima coletiva diz da atitude ou do sentimento de orgulho do lugar onde se habita. Os moradores que a expressam demonstram satisfação por fazer parte da comunidade e compartilhar seus valores. Além disso, esta valorização se manifesta através da consciência das belezas naturais e daquelas criadas pelos homens, da concordância com os valores culturais locais, do desfrutar das condições climáticas, das atividades culturais e recreativas (SUAREZ-OJEDA; LA JARA; MÁRQUEZ, 2007; SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011).

Neste projeto de pesquisa, os vínculos sociocomunitários, serão entendidos em suas interconexões com o conceito de sentimento de comunidade. Sarason (1974) o define como a emoção de pertencer a uma "(...) rede de relacionamento de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender (...)” (SARASON, 1974, p. 1). McMillan e Chavis (1986) consideram que sentimento de comunidade é o sentimento compartilhado de pertencer a uma coletividade, de que os sujeitos importam um ao outro e ao grupo, de ter fé e acreditar que as necessidades dos membros serão atendidas e de que há um compromisso de estar juntos. A discussão dos três parâmetros permite compreender em que

medida colaboram para que moradores das áreas urbanas pesquisadas exercitem sua capacidade de participar dos processos de tomadas de decisões e transformar as estruturas sociais.

Entende-se, ainda, que a categoria modos de vida permite compreender como os sujeitos se vinculam e elaboram concepções sobre si, sobre a vida e a comunidade. De forma distinta às proposições que a compreendem em termos modos de relações (LEITE, 2010) e de padrões de comportamentos (NOBRE, 2005), nesta pesquisa a categoria será debatida a partir das elaborações de Borsoi (2005), Pignatti e Castro (2008) e Ximenes, Nepomuceno e Cidade (2016). Borsoi (2005) concebe modo de vida como categoria que aborda as condições de vida, os modos com que os sujeitos conduzem suas vidas individual e socialmente, dentro e fora do trabalho, construindo, com isso, sentido para a própria vida. Pignatti e Castro (2008), por sua vez, propõem a definição de modos de vida a partir da concepção de *habitus* de Bourdieu, que o define como princípios geradores de escolhas e de condutas, postulando a interação dialética entre o vivido e o que vem a ser a consciência construída a partir do convívio em sociedade. Há, assim, uma relação dialética entre os modos de vida dos sujeitos, constituídos por suas experiências vividas, a capacidade criadora, ativa e inventiva que experienciam em receber e reinventar suas heranças sociais e culturais, e a consciência social. Sendo assim, tal como apontado por Pignatti e Castro (2008), é a observação dos *habitus* dos indivíduos que permite compreendê-los em sua condição social, inclusive de maneira a poder descrever suas características e a dos grupos a que pertencem.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de Pesquisa

Este projeto está situado no campo da pesquisa qualitativa, pois favorece captar a intensidade do fenômeno investigado (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003), visando desvendar sua lógica interna e específica. Ela favorece a apreensão dos “(...) aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Minayo, Deslandes e Gomes (2010) defendem que, através de um olhar qualitativo, pode-se compreender o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes dos sujeitos da pesquisa. Com isso, quando utilizados conjuntamente em uma mesma

investigação, seu emprego pode se tornar uno ao permitir explicar e compreender temas que necessitam ser analisados em termos de magnitude e significância (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003).

5.2 Contexto da Pesquisa e participantes

A pesquisa será desenvolvida junto à quatro espaços de políticas públicas atuantes no Centro da cidade de Fortaleza. Participarão do estudo sujeitos vinculados às políticas de saúde, assistência e educação colaboradoras da pesquisa. A proposta é conceder um espaço de compartilhamento de experiências no qual possam estar presentes, em grupos específicos, jovens, mulheres, idosos e pessoas em situação de rua. Como critérios de seleção dos participantes, estima-se: residir no Centro de Fortaleza há no mínimo 2 anos, ter idade superior a 16 anos, expressar concordância em participar da pesquisa através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5.3 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

A pesquisa adotará como técnica de obtenção de dados a facilitação de grupo focal, que é considerado como um tipo de entrevista grupal (BARBOUR, 2009; MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010), onde os indivíduos estão reunidos em torno da discussão de um tema ou foco comum com a presença de um moderador. Flick (2009, p.181) defende que as entrevistas de grupo, como no grupo focal, permitem ir “(...) além dos limites das respostas de um único entrevistado”, reunindo, como principais vantagens, a riqueza dos dados produzidos, o estímulo à elaboração de conteúdos e à rememoração de acontecimentos. Embora não haja um consenso quanto ao número mínimo e máximo de participantes sugeridos para um grupo focal (MONTERO, 2009), será adotada como referência a proposta de Gatti (2005), que estabelece a presença de 06 (seis) sujeitos como o menor número aceitável para garantir fluidez às falas. Os grupos focais dessa pesquisa buscarão, então, contar com a participação de 06 a 13 sujeitos. Os encontros serão conduzidos pela professora pesquisadora responsável com a presença de um discente, que atuará como co-facilitador.

Estima-se a facilitação de quatro grupos focais, que serão realizados junto aos espaços que referenciam políticas públicas de saúde, educação e assistência social atuantes na Secretaria Executiva Regional Centro da Cidade de Fortaleza (SERCEFOP). A eleição de cada política foi resultante das análises das informações obtidas durante visitas técnicas institucionais que compuseram o projeto de extensão “Inserção comunitária e diagnóstico socioterritorial da circunvizinhança da Faculdade Ari de Sá”. A

proposta é vincular a cada uma das políticas um grupo social que por ela é atendido e que permitirá o debate dos fatores que permitem a expressão da resiliência sociocomunitária a partir do olhar de sujeitos com distintas faixas etárias e processos de apropriação do território do Centro da Cidade de Fortaleza.

Na área da saúde, a proposta é facilitar um grupo focal com mulheres com idade acima de 18 anos que participam de ações de atenção primária conduzidas por profissionais vinculados a uma das Equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) referenciada pelo Posto de Saúde Paulo Marcelo. Esta Unidade Básica de Saúde (UBS) é responsável por adscrever parte da população do Centro fortalezense, além de ofertar atendimento médico, enfermagem, avaliação odontológica, vacinação, assistência Farmacêutica, atendimento da equipe de Consultório na Rua.

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2010), uma população adscrita é aquela que está presente no território de uma UBS, favorecendo o desenvolvimento de relações de vínculo e responsabilização entre as equipes e a população, a continuidade das ações de saúde e a longitudinalidade do cuidado. Nesse sentido, a entrada na comunidade para a condução do grupo focal com as mulheres será mediada pelos Agentes Comunitários de Saúde que compõem a equipe mínima de uma ESF e que já desenvolvem trabalho de promoção de saúde com este público.

Na área de assistência social, serão contemplados dois equipamentos: um da proteção social básica e um vinculado à proteção social especial. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública estatal em torno da qual são organizados os serviços de proteção social básica (BRASIL, 2009). É condição para seu estabelecimento estar alocado em regiões com altos índices de vulnerabilidade social. Seu trabalho envolve serviços e programas direcionados à prevenção de violação de direitos e promoção social dos usuários, famílias e comunidades (RIBEIRO; GUZZO, 2014). O CRAS Jacarecanga, espaço potencial para a facilitação de um dos grupos focais, desenvolve momentos grupais com idosos, crianças e mulheres. Nesta pesquisa, estima-se a facilitação de um grupo focal com idosos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e que residam no Centro de Fortaleza.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) é o espaço físico que referencia o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. É um serviço de proteção social especial de média complexidade (BRASIL, 2011), que atua intermediando o acesso população em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais, aos programas de transferência de renda e às ações de saúde pública. Acredita-se que, uma vez sendo resguardado a este público o acesso aos seus direitos socioassistenciais, isto gere impactos positivos para o fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, além da constituição de novas trajetórias de vida. Em Fortaleza,

existem dois Centros Pop, localizados nos Bairros Centro e Benfica. A unidade Centro oferece atendimento ao público das regionais I, II e III. Durante visita realizada pelos discentes e docentes que compõem o NUPSID em 12 de março de 2019, o Coordenador do equipamento informou que há no local um fluxo de atendimento de 80 a 120 pessoas em situação de rua por dia. A acentuação da pobreza e as disputas territoriais entre facções tem ampliado o número de novos cadastros, o que tem ocasionado a abertura de 43 a 50 novos cadastros mensalmente.

Na área de educação, a pesquisa será conduzida junto à Escola de Ensino Fundamental e Médio Clovis Beviláqua. A instituição possui 106 anos e atende alunos desde o 8º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Participam das atividades educacionais discentes com idade entre de 13 e 20 anos. A Escola funciona nos turnos manhã e tarde, das 7h às 17h, de segunda à sexta-feira. São 303 alunos pela manhã e 110 alunos no período da tarde, somando um total de 413 educandos. Na Escola, a proposta é vincular a esta pesquisa os jovens participantes do Projeto de Extensão em Orientação Profissional, que será conduzida pela Profa. Me. Áurea Júlia de Abreu Costa.

5.4 Análise dos Dados

Os dados obtidos mediante a facilitação dos grupos focais serão analisados com auxílio do software Atlas Ti 8.4. Bauer e Gaskell (2002) o definem como um software de análise qualitativa mediada pelo computador. Existem aproximações entre o modelo da Análise de Conteúdo do Tipo Temática de Laurence Bardin (2011) e as funcionalidades disponíveis nesta ferramenta tecnológica. Nesse sentido, uma vez que todos os materiais provenientes da etapa qualitativa (04 grupos) sejam transcritos e lidos preliminarmente, o passo seguinte será constituir uma Unidade Hermenêutica (HU) contendo os documentos primários (*Primary Documents* - P-Docs), como são chamados os arquivos contendo o conjunto de informação provenientes do campo qualitativo. Feito este processo, será realizada: uma nova leitura fluente do material; eleição de categorias analíticas preliminares com base nos objetivos específicos do estudo; seleção de *Quotations*, que são unidades de sentidos expressas nas falas dos sujeitos e vinculação dessas *Quotations* aos seus *Codes* (códigos) correspondentes, o que representa a categorização propriamente dita. Além disso, pretende-se que sejam elaborados mapas analíticos por meio das relações observadas entre as categorias da pesquisa.

5.5 Composição do grupo de pesquisa (n. de alunos bolsistas e não bolsistas)

Estima-se a presença de 02 (dois) alunos(as) bolsistas e 04 (quatro) alunos(as) não bolsistas. Como critério para participação do Projeto, o (a) discente deverá ter concluído o 1º.Semestre do Curso de Psicologia.

5.6 Periodicidade dos encontros e sua carga horária

As reuniões do grupo de pesquisa ocorrerão semanalmente com carga horária de 02 horas/semanais. Por ocasião das visitas institucionais para promover a vinculação dos pesquisadores com o campo de pesquisa, a facilitação dos grupos focais e a posterior análise dos dados, o tempo despendido poderá ser ampliado.

5.7 Descrição das atividades desenvolvidas, indicando-se seu(s) responsável(is).

Estima-se que o projeto seja desenvolvido em oito etapas, com a flexibilidade de que sejam alteradas/adequadas às especificidades do contexto da intervenção. São elas:

1ª. Etapa: Nivelamento teórico conceitual entre os participantes do grupo. Representa o processo de apropriação por parte dos alunos dos principais conteúdos relativos às temáticas abordadas no projeto e as técnicas de obtenção e análise de dados utilizadas no estudo. Esta etapa contará com processos de leitura crítica e discussão de textos durante o desenvolvimento das reuniões semanais de pesquisa.

2ª. Etapa: Visita aos espaços institucionais cujas ações são relevantes para a dinâmica comunitária com o intuito de apresentar a proposta da pesquisa e identificar a abertura para seu desenvolvimento. Será retomado o contato com as instituições visitadas por ocasião do Projeto de Extensão “Inserção comunitária e diagnóstico socioterritorial da circunvizinhança da Faculdade Ari de Sá”.

3ª. Etapa: Realização de grupos focais com os moradores da comunidade de distintas faixas etárias e participantes de ações de saúde, assistência e educação na comunidade. Serão consideradas como dimensões de análise para a condução do grupo focal: história da comunidade (movimentos de luta e ocupação que marcaram, origem da comunidade, mudança nas estruturas sociais - de trabalho, familiares, distribuição de renda), percepção da realidade local (pontos positivos e negativos da comunidade; perspectivas de mudança da realidade); modos de vida comunitário (cotidiano dos

moradores e formas de ocupação do território); acesso ao capital financeiro ou econômico (acesso à dinheiro, à terra, aos bens, aos postos de trabalho e à infraestrutura de transporte e de políticas públicas); acesso ao capital social (conjunto de redes de suporte social do tipo prático - inclui conteúdos instrumentais/financeiros e informativos - e emocional - integra a compreensão de ser cuidado e aceito por pessoas com quem possuem vínculos afetivos- estabelecidos entre amigos, familiares, vizinhos e políticas públicas); e vínculos sociocomunitários (identidade cultural; autoestima coletiva; humor social; honestidade estatal; redes de solidariedade; sentimento de pertença à comunidade - filiação, influência, integração e satisfação das necessidades e ligação emocional compartilhada).

4ª. Etapa: Transcrição dos áudios e categorização. Os áudios serão transcritos e categorizados de modo a evitar possíveis identificações dos sujeitos participantes do estudo.

5ª. Etapa: Sistematização dos resultados parciais do Projeto de Pesquisa. Elaboração do Relatório Parcial a ser submetido a apreciação da CIME contendo os resultados preliminares do Projeto.

6ª. Etapa: Análise dos Dados. A análise dos dados será mediada pelo uso do software Atlas Ti 8.4. Para eleição das categorias analítica, serão adotados como referência os conteúdos teóricos que embasam este Projeto de Pesquisa.

7ª. Etapa: Elaboração do Relatório Final e socialização das informações junto os coordenadores de cursos, coordenação acadêmica e diretoria da FAS. O Relatório Final será elaborado tomando como referência cada um dos objetivos específicos do Projeto.

8ª. Etapa: Socialização das Informações junto aos profissionais parceiros atuantes nas políticas públicas que colaboraram com a pesquisa. Estima-se a realização de um evento na Faculdade para socialização das informações obtidas ao longo da realização do Projeto.

6. CRONOGRAMA

Atividades	2019					2019						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Realização de Reuniões Semanais entre professores e discentes para a acompanhamento do Projeto.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Seleção dos alunos bolsistas do Projeto.	■											
Nivelamento teórico conceitual entre os participantes do grupo		■	■									
Submissão do Projeto de Pesquisa à Plataforma Brasil			■	■								
Visita aos espaços institucionais e apresentação da proposta de pesquisa			■	■								
Identificação dos grupos potenciais já existentes para realização dos Grupos Focais				■								
Realização dos grupos focais.				■		■						
Elaboração do Relatório Parcial do Projeto de Extensão.					■							
Transcrição e validação dos grupos focais					■	■						
Oficina de Uso do Software Atlas ti 8.4.						■						
Análise dos Dados							■	■	■			
Elaboração do Relatório Final										■		
Elaboração de produções científicas pelos alunos para submissão em eventos acadêmicos e junto ao Conselho Editorial de Revista com Qualis.										■	■	■
Avaliação Final do Projeto pelos docentes e discentes envolvidos												■

Fonte: Elaborado pela autora.

RECURSOS

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	TEMPO/ QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Reais)	VALOR TOTAL (Reais)	ORIGEM DOS RECURSOS
Recursos Humanos				
Profa. Ms. Elívia Camurça Cidade	16 horas/mês (16 h/mês x 10 meses = 160 horas)	R\$ 73,00	R\$ 11.680,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019.
02 Acadêmicos Bolsistas - Psicologia	16 hrs/mês (16 h/mês x 10 meses x 02 = 160 horas)	R\$ 10,00	R\$ 3200,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019.
04 Acadêmicos Voluntários – Psicologia, Direito e Administração	16 hrs/mês (16 h/mês x 10 meses x 3= 480 horas)	-	-	-
Recursos Materiais				
Infraestrutura				
Sala para Reuniões de Supervisão e Planejamento das Ações de Extensão	05 encontros/mês	-	-	Infraestrutura FAS
Sala para realização do Grupo Focal	01 encontro	-	-	Infraestrutura Política Pública - Externa
Material Permanente				
Notebook Dell Core i3- 6006U 4GB 1TB Tela 15.6” Linux Inspiron	01	R\$ 1680,20	R\$ 1680,20	Infraestrutura FAS
Impressora Multifuncional Epson Expression XP-241 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner	01	R\$ 350,00	350,00	Infraestrutura FAS

Gravador de Voz Digital Sony Icd-Px 240 4gb	01	R\$ 198,00	R\$ 198,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Material de Consumo				
Resma de Papel Sulfite Branco – A4	02	R\$ 13,00	R\$ 26,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Caneta Esferográfica	20	R\$ 1,20	R\$ 24,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Cartuchos para impressora Multiprofissional	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Tesoura Sem ponta	05	R\$ 2,50	R\$ 12,50	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Cola Branca	05	R\$ 1,40	R\$ 7,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Papel Madeira	05	R\$ 1,20	R\$ 6,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Cartolina	10	R\$ 1,45	R\$ 14,50	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Pasta Arquivo Morto - Plástico	02	R\$ 3,90	R\$ 7,80	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Pasta com elástico - Plástico	06	R\$ 5,00	R\$ 30,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.
Recursos Financeiros				
Auxílio Deslocamento para realização de visitas aos equipamentos existentes na comunidade	10	40,00	400,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital nº 05/2019, de 11 de junho de 2019.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO CEARÁ. **Fortaleza:** secretarias regionais. Disponível em: <<http://www.anuariodoceara.com.br/secretarias-regionais/>>. Acesso em 22 de março de 2018.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 213 p.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, 516 p.

BORDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BORSOI, I.C.F. **O modo de vida dos novos operários: quando o purgatório se torna paraíso**. Fortaleza: Editora UFC, 2005. 258p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em 25 de junho de 2019.

BRASIL, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua –Centro Pop**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em 25 de junho de 2019.

CIDADE, E.C. **Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

COIMBRA, R. M. Construindo resiliência por meio da participação em práticas culturais: aproximações teóricas com a psicologia cultural de Barbara Rogoff. In: COIMBRA, R.M.; MORAIS, N. A. **A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 37-55.

DANTAS, E.W.C.D.; SILVA, J.B.; COSTA, M.C.L. **De cidade à metropole: (trans)formações urbanas em**. Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980. 53 p.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, Líber Livros Editora, 2005.

GÓIS, C.W.L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GROTBERG, E. H. Qué entendemos por resiliencia? Como promoverla? Como utilizarla. In: _____. **La resiliencia en el mundo de hoy: como superar las adversidades**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-57.

KECK, M.; SAKDAPOLRAK, P.. What is social resilience? Lessons learned and ways forward. **Erdkunde**, [S.l.], v. 67, n. 1, p.5-19, 31, 2013.

KRANTZ, L. **The Sustainable Livelihood Approach to Poverty Reduction: an introduction**. Swedish International Development Cooperation Agency 2001. 2001. Disponível em:

<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.469.7818&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 10 janeiro 2019.

LEITE, V.J. **Os fios da vida**: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claro/MG (1975-2008). 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

LÓPEZ-FUENTES, N. I. G.; MEDINA, J. L. V. Variables predictoras de la resiliência en adolescentes em situación de calle. In: PALOMAR-LEVER, J.; GAXIOLA-ROMERO, J. C. (Org.). **Estudios de resiliência em América Latina**. Pearson Educación, Universidad de Sonora y Universidad Iberoamericana: México, 2012, p. 61-82.

MASTEN, A. S. Models of Resilience. In: _____. **Ordinary Magic**: resilience in development. New York, London: The Guilford Press, 2014, p. 23-50.

MCMILLAN, D.W.; CHAVIS, D.M.G. Sense of community: a definition and theory. **Journal of Community Psychology**, v.14, p.1-23, 1986.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, RMG, GOMES, MHA. (Orgs.). **O Clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 117-142.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitária**: la tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NEGREIROS, F.; ROCHA, J. O. Resiliência e Escolarização: processo de enfrentamento das adversidades vivenciadas no Ensino Médio. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 12, n.3, pp. 1-11, 2018.

NOBRE, I.M. **Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão**. 2005, 260f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

OBRIST, B.; PFEIFFER, C.; HENLEY, R. Multi-layered social resilience: a new approach in mitigation research. **Progress in Development Studies**, [S.l.], v. 10, n.4, p. 283–293, 2010.

PEREIRA, M. A.; SOUZA, M. SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 203-224, 2010.

PIGNATTI, M. G.; CASTRO, S. P. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense, MT, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, n.1, p.83-94, 2008.

RECUERO, R. C. Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 28, dez. 2005.

RIBEIRO, M. E., GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.9, n.1, 2014, pp. 83-96.

ROOKE, M. I. Aspectos conceituais e metodológicos da resiliência psicológica: uma análise da produção científica brasileira. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2 p. 671-687, 2015.

SAÉZ, M.T. La resiliencia: el resorte del bienestar. In: PALOMAR-LEVER, J., GAXIOLA-ROMERO, J.C. (Orgs.). **Estudios de resiliência em América Latina**. Pearson Educación, Universidad de Sonora y Universidad Iberoamericana: México, 2012, p. 1-10.

SANTANA, C. M. N. **O centro de Fortaleza como lugar de moradia**. 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SARASON, S. B. **The psychological sense of community: Prospects for a community psychology**. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

SAWAIA, B.B. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, M., SAWAIA, B.B. **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, pp.44-81 2006.

SILVA, J. B. **Reestruturação produtiva e reconfiguração da área Central de Fortaleza**. Mercator, Fortaleza, v. 14, p. 75-88, set./dez, 2015.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psicologia Em Estudo**, v.13, n.2, p.381-388, 2008.

SOUTHWICK, S. M. *et al.* Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinary perspectives. **European Journal of Psychotraumatology**. [S.l.], v. 5, p. 1-15. 2014.

SUÁREZ-OJEDA, E. N. Uma concepção latinoamericana: a resiliência comunitária. In: SUÁREZ-OJEDA, M. E. N. (Coord.) **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005, pp.47-59.

SUAREZ-OJEDA, E., LA JARA, A., GONZÁLEZ, C.V.M. Trabajo comunitario y resiliência social. In: MUNIST, M.M. et al. (Comp.). **Adolescencia y resiliência**. Buenos Aires: Paidós, 2011, pp.81-108.

SUAREZ-OJEDA, E., LA JARA, A., MÁRQUEZ, C. Resiliência Comunitária. In: HOCH, L.; ROCCA, S. (Eds.) **Sofrimento, resiliência e fé: Implicações para as relações de cuidado**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007, pp. 33-56.

SVARTMAN, B. P.; GALEÃO-SILVA, L. G. (2016). Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 331-349.

VASCONCELOS, L. C. **Um centro para uma cidade (pós-)moderna: a requalificação do Centro Histórico de Fortaleza**. 2008. 180f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2008.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; JULIANO, M. C. C. O desafio de construir políticas públicas de atenção às famílias a partir de tecnologias sociais e com foco na promoção de resiliência comunitária. In: XIMENES, V. M. *et al.* (Orgs.). **Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. pp. 49-72.